18º SIMULADO OAB 2013.2

02 DE AGOSTO DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9hs e encerramento às 12hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 02/ago e extinguir-se-á às 13hs do dia 05/ago. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 07/ago.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 07/ago.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 02/Ago | 9h - 12h | Simulado |
| 02/Ago | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 05/Ago | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 07/Ago | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 07/Ago | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Um policial militar, de nome Norberto, no dia de folga, quando estava na frente da sua casa, de bermuda e sem camisa, discute com um transeunte e acaba desferindo tiros de uma arma antiga, que seu avô lhe dera.**

**Com base no relatado acima, é correto afirmar que o Estado:**

(A) será responsabilizado, pois Norberto é agente público pertencente a seus quadros.

(B) será responsabilizado, com base na teoria do risco integral.

(C) somente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso Norberto não tenha condições financeiras.

(D) não será responsabilizado, pois Norberto, apesar de ser agente público, não atuou nessa qualidade; sua conduta não pode, pois, ser imputada ao Ente Público.

**2. Antônio, ciclista, vítima em acidente, foi atropelado por um ônibus da concessionária XYZ. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Antônio:**

(A) A concessionária e o concedente, solidária e objetivamente.

(B) A concessionária, objetivamente, e o concedente, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.

(C) A concessionária, de forma objetiva e primária, e o concedente, subsidiariamente.

(D) A concessionária e o concedente subjetivamente.

**3. É correto afirmar que a descentralização por colaboração ocorre quando um ente político:**

(A) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.

(B) cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.

(C) autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.

(D) contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública.

**4. No Direito Público brasileiro existe a figura das Agências Reguladoras, que podem ser definidas como:**

(A) autarquias ou fundações que recebam esta qualificação uma vez que tenham celebrado com o poder público um contrato de gestão.

(B) uma espécie nova de entidade da administração indireta que não pode ser classificada como autarquia.

(C) autarquias de regime especial destinadas à regulamentação, fiscalização e fomento de uma determinada atividade ou serviço.

(D) uma espécie de empresa pública.

**5. Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé:**

(A) não se submete a prazo prescricional.

(B) não se submete a prazo decadencial.

(C) prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.

(D) decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

**6. A anulação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que:**

(A) pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.

(B) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido. Podendo ser efetivada pelo poder judiciário ou pela própria Administração Pública.

(C) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.

(D) pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

**7. O prefeito de um determinado município resolve, por decreto municipal, alterar unilateralmente as vias de transporte de ônibus municipais, modificando o que estava previsto nos contratos de concessão pública de transportes municipais válidos por vinte anos. O objetivo do prefeito foi favorecer duas empresas concessionárias específicas, com que mantém ligações políticas e familiares, ao lhes conceder os trajetos e linhas mais rentáveis. As demais três empresas concessionárias que também exploram os serviços de transporte de ônibus no município por meio de contratos de concessão sentem-se prejudicadas.**

**Na qualidade de advogado dessas últimas três empresas, qual deve ser a providência tomada?**

(A) Ingressar com ação judicial, com pedido de liminar para que o Poder Judiciário exerça o controle do ato administrativo expedido pelo prefeito e decrete a sua nulidade ou suspensão imediata, já que eivado de vício e nulidade, por configurar ato fraudulento e atentatório aos princípios que regem a Administração Pública.

(B) Ingressar com ação judicial, com pedido de indenização em face do Município pelos prejuízos de ordem financeira causados.

(C) Nenhuma medida merece ser tomada na hipótese, tendo em vista que um dos poderes conferidos à Administração Pública nos contratos de concessão é a modificação unilateral das suas cláusulas.

(D) Ingressar com ação judicial, com pedido para que os benefícios concedidos às duas primeiras empresas também sejam extensivos às três empresas clientes.

**8. Concessão em que as tarifas cobradas dos usuários não são satisfatórias para compensar os investimentos realizados pelo parceiro privado. Sendo assim, o poder público, em adição às tarifas cobradas dos usuários, complementa a remuneração do parceiro privado por meio de aportes regulares de recursos orçamentários, contraprestações do poder público. Trata-se de que modalidade de concessão?**

(A) comum.

(B) patrocinada.

(C) administrativa.

(D) de uso de bem público.

**9. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, considera-se:**

(A) Encampação.

(B) Caducidade.

(C) Rescisão.

(D) Anulação.

**10. A doutrina costuma afirmar que certas prerrogativas postas à Administração encerram verdadeiros poderes, que são irrenunciáveis e devem ser exercidos sempre que o interesse público clamar. Por tal razão são chamados poder-dever.**

**A esse respeito é correto afirmar que:**

(A) o poder regulamentar é amplo, e permite, sem controvérsia a edição de regulamentos executivos que poderão ser sustados pelo poder legislativo quando ultrapassarem os limites da lei regulamentada.

(B) o poder disciplinar importa à administração o dever de apurar infrações e aplicar penalidades, mesmo não havendo legislação prévia.

(C) o poder de polícia se coloca, em regra, vinculado conferindo ao administrador limitada margem de opções quanto à sanção a ser, eventualmente, aplicada.

(D) o poder hierárquico é inerente à ideia de verticalização administrativa, e revela as possibilidades de controlar atividades, não cabendo, portanto, a delegação de competência ou a avocação.

**Constitucional**

**11. Sobre as súmulas vinculantes, assinale a opção correta.**

(A) o Defensor Público Geral da União não poderá apresentar propostas de súmulas vinculantes ao Supremo Tribunal Federal.

(B) o quórum necessário para a aprovação das súmulas é o de maioria simples.

(C) há previsão legal de atuação do *amicus curiae* no processo de edição, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes.

(D) não é possível a modulação temporal dos efeitos da súmula.

**12. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é composto por vários integrantes abaixo mencionados, exceto:**

(A) um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal.

(B) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal.

(C) um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) um Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, indicado pelo respectivo tribunal.

**13. Legislar sobre direito processual, eleitoral, agrário e marítimo é da competência:**

(A) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

(B) privativa da União.

(C) privativa dos Estados e Distrito Federal.

(D) Privativa dos Municípios.

**14. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:**

(A) o rol de legitimados ativos para a apresentação da representação de inconstitucionalidade no plano estadual deve seguir o princípio da simetria ao modelo federal.

(B) normas pré-constitucionais só podem ser analisadas no país pelo controle de constitucionalidade difuso.

(C) segundo entendimento jurisprudencial, o princípio da reserva de plenário não precisa ser adotado pelas Turmas Recursais de Juizados Especiais.

(D) somente juízes federais têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.

**15. No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.**

(A) a ação popular pode ser ajuizada por qualquer brasileiro.

(B) não se permite controle incidental de inconstitucionalidade na ação civil pública tendo em vista que significaria usurpação de competência do STF.

(C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelos mesmos legitimados ativos do mandado de injunção coletivo.

(D) o habeas corpus é o remédio adequado para defender o direito de reunião.

**16. Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa correta:**

(A) A medida provisória não pode dispor sobre direito processual penal e direito processual civil.

(B) A espécie normativa perde eficácia se não for convertida em lei no prazo de 50 dias, prorrogável por mais 30 dias.

(C) Excepcionalmente, é possível reeditar a medida provisória na mesma sessão legislativa em que foi rejeitada.

(D) A medida provisória não pode ser declarada inconstitucional no controle concentrado de constitucionalidade, pois é uma norma “precária”.

**17. Suponha que o STF, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tenha julgado a lei Y inconstitucional. Nesse caso, seria correto afirmar que a lei Y:**

(A) pode ser municipal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(B) é federal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(C) pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

(D) pode ser federal e anterior à Constituição de 1988 e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

**18. Sobre a Organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir e indique a assertiva correta.**

(A) O Poder Legislativo do Distrito Federal será representado pela Câmara Distrital onde atuam os deputados distritais que elaboram apenas leis sobre matéria municipal.

(B) Nos municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) eleitores, as eleições serão regidas pelo sistema eleitoral de maioria absoluta.

(C) Governadores só podem ser presos em razão de sentença condenatória criminal transitada em julgado.

(D) As imunidades e prerrogativas não se estendem aos suplentes de parlamentares.

**19. Segundo a Constituição Federal o Ministério Público abrange:**

(A) O Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

(B) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além do Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar;

(C) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público Militar e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho;

(D) O Ministério Público dos Estados, o Ministério Público Militar e o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**20. O direito fundamental à alimentação pertence à:**

(A) primeira geração de direitos fundamentais.

(B) segunda geração de direitos fundamentais.

(C) terceira geração de direitos fundamentais.

(D) quarta geração de direitos fundamentais.

**Deontologia**

**21. O advogado Ricardo Noronha, que atua exclusivamente em Belo Horizonte - MG, onde tem seu domicílio profissional e inscrição principal, foi procurado por um cliente para patrocínio de cinco ações de repetição de indébito, pelo rito ordinário, na justiça federal, em Aracaju - SE.**

**Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da atuação profissional em outro domicílio.**

(A) O advogado poderá atuar desde que haja prévia comunicação à OAB/SE, em até cinco dias, a partir da sua primeira atuação nos autos do processo em Aracaju;

(B) Não será possível a atuação do advogado sem a prévia inscrição suplementar na OAB/SE;

(C) O advogado poderá atuar na causa sem prévia inscrição na OAB/SE e sem comunicar o fato à OAB/SE;

(D) A atuação regular do advogado em Aracaju depende de prévia autorização do secretário geral da OAB/SE.

**22. Advogados assediam parentes de vítimas de acidente. Há advogados que comparecem a enterros de vítimas de acidentes ocorridos na prestação de serviço público praticado por empresas aéreas, para oferecer aos familiares seus serviços na proposição de ações judiciais, prometendo indenizações milionárias contra as empresas envolvidas no acidente. Advogados estrangeiros também têm vindo ao Brasil com o mesmo objetivo.**

**Tendo como referência inicial o texto acima e com relação ao CED–OAB, assinale a opção correta.**

(A) Em atenção ao princípio da publicidade, durante a tramitação do processo administrativo disciplinar movido contra advogados que assediam familiares de vítimas de acidentes, haverá livre acesso a todos os que desejarem manusear os autos, desde que estes não sejam retirados das dependências da OAB;

(B) O CED–OAB permite que o advogado anuncie seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação conjunta com outra atividade;

(C) Na publicidade permitida pelo CED–OAB, pode o advogado divulgar a lista de seus clientes, desde que não indique as demandas em que eles estejam incluídos;

(D) O CED–OAB permite que o advogado debata causa sob seu patrocínio em qualquer veículo de comunicação, sem declarar o nome de qualquer um dos envolvidos, a título de esclarecimento da população, desde que essa atividade não proporcione a autopromoção do profissional.

**23. Em relação à administração da OAB, assinale a opção correta.**

(A) A terceira câmara do conselho federal da OAB é presidida por seu tesoureiro e tem, entre suas atribuições, a de apreciar os relatórios anuais e deliberar acerca do balanço e das contas da diretoria do conselho federal e dos conselhos seccionais;

(B) Compete à primeira câmara do conselho federal da OAB decidir quanto aos recursos acerca da ética do advogado;

(C) A OAB é autarquia da administração pública e tem seus servidores nomeados, após a aprovação em concurso público, pelo ministro da Justiça;

(D) O ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade pelo conselho federal é decisão exclusiva do seu presidente.

**24. O Estatuto da Advocacia e da OAB prevê, em seu artigo 35, as sanções disciplinares, sendo elas: censura, suspensão, exclusão e multa. Em relação às infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.**

(A) Salvo os casos específicos, a violação a algum preceito do CED–OAB constitui infração disciplinar punível com censura;

(B) Prescreve em dez anos a pretensão punitiva contra advogado pela prática de infração punível com exclusão da advocacia;

(C) O estagiário não se submete às penalidades do estatuto do advogado, devendo a pena recair exclusivamente sobre o advogado responsável por seu treinamento;

(D) A pena de censura pode ser convertida em advertência, que ficará registrada nos assentamentos funcionais do advogado.

**25. A Conferência Nacional dos Advogados é órgão consultivo máximo do Conselho Federal, reunindo-se trienalmente, no segundo ano do mandato, tendo por objetivo o estudo e o debate das questões e problemas que digam respeito às finalidades da OAB e ao congraçamento dos advogados.**

**Sobre o tema, marque a alternativa incorreta de acordo como Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB:**

(A) As Conferências dos Advogados dos Estados e do Distrito Federal são órgãos consultivos dos Conselhos Seccionais, reunindo-se trienalmente, no segundo ano do mandato.

(B) No primeiro ano do mandato do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, decidem-se a data, o local e o tema central da Conferência.

(C) As conclusões das Conferências têm caráter de recomendação aos Conselhos correspondentes.

(D) A Conferência é dirigida por uma Comissão Organizadora, designada pelo Vice-Presidente do Conselho, por ele presidida e integrada pelos membros da Diretoria e outros convidados.

**26. Mévio Alexandre, advogado, deu uma entrevista para uma grande emissora de televisão, tendo agido de forma a causar grave repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, Nesse caso, o advogado pode ser suspenso preventivamente:**

(A) somente após o julgamento do recurso de ofício pelo conselho pleno da seccional onde tiver a inscrição principal, com o resultado obtido por maioria simples;

(B) pelo presidente da seccional onde tiver a inscrição principal, que recorrerá de ofício ao tribunal de ética e disciplina;

(C) somente em procedimento originário no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, por maioria de dois terços de seus membros;

(D) pelo tribunal de ética e disciplina do conselho seccional onde tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão para a qual deverá ser notificado a comparecer.

**27. Entre os temas tratados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.096/94), está aquele referente às prerrogativas do advogado. Assim, podemos afirmar que constitui direito do advogado:**

(A) visitar seu cliente que esteja preso em estabelecimento penitenciário, desde que tenha procuração;

(B) obter vista dos autos de um processo sob segredo de justiça, mesmo sem procuração;

(C) exercer a profissão em todo o território nacional, independentemente do número de causas em cada estado e sem precisar de inscrição suplementar.

(D) usar a expressão “pela ordem” em qualquer juízo para replicar censura que lhe for feita durante o julgamento.

**28. Em razão de acidente de motocicletas provocado por Carlos da Silva, este pagou a João Rocha, em composição amigável, a quantia de R$ 10.000 (dez mil reais) pelos danos materiais causados na motocicleta de João Rocha, que deu quitação do que lhe era devido. Passados 5 (cinco) meses, João Rocha procurou o advogado Caio das Neves e este, mesmo tendo ciência daquele acordo, foi contratado por João Rocha e ingressou em juízo com uma Ação de Ressarcimento de Danos por acidente de veículos contra Carlos da Silva, pleiteando a indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de João Rocha. Marque a alternativa correta:**

(A) O advogado cometeu patrocínio simultâneo e fraude processual;

(B) O advogado praticou uma lide temerária;

(C) O advogado cometeu uma inépcia profissional;

(D) O advogado cometeu tergiversação.

**29. A Ordem dos Advogados do Brasil possui dois grandes quadros: o de advogados e o de estagiários.**

**Em relação à inscrição como advogado e às anuidades pagas à OAB, assinale a opção correta.**

(A) O advogado que completa 60 anos de idade fica desobrigado do pagamento de anuidade;

(B) A inscrição como estagiário na OAB é feita na seccional do domicílio do requerente;

(C) A inidoneidade moral para inscrição como advogado pode ser suscitada por qualquer pessoa e deve ser declarada por decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento em que sejam observados os termos do procedimento disciplinar.

(D) O advogado denunciado pela prática de crime hediondo tem sua inscrição suspensa no momento do recebimento da denúncia;

**30. Assinale a opção correta acerca da interpretação e da aplicação da Lei n.º 8.906/1994, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).**

(A) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não integra a administração pública;

(B) Os advogados não estão isentos do pagamento da contribuição sindical;

(C) A presença de advogado no juizado especial criminal federal é facultativa nas causas de até 20 salários mínimos;

(D) O direito a prisão especial, em favor do advogado, não gera direito ao recolhimento em prisão domiciliar, na hipótese de inexistência de sala de Estado-Maior.

**Direito e Processo Penal**

**31. Julgue os itens abaixo, assinalando a opção CORRETA.**

(A) o agente age com culpa consciente quando não desejando diretamente o resultado, assume o risco de produzir o resultado.

(B) o crime culposo para sua caracterização exige a inobservância do dever objetivo de cuidado, a previsibilidade objetiva e a finalidade de um resultado lícito.

(C) Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

(D) O erro de proibição quando vencível exclui apenas o dolo, permitindo a punição do agente por culpa.

**32. De acordo com a Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal, marque a opção CORRETA:**

(A) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado ou semiaberto.

(B) Com relação ao requisito objetivo (cumprimento de pena) para a progressão de regime, a LEP exige o cumprimento de 1/3 da pena se primário e 1/2 da pena se reincidente.

(C) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder a autorização de saída temporária no regime semiaberto ou determinar a prisão domiciliar.

(D) A remição pelo trabalho e pelo estudo não pode ser concedida ao preso em regime aberto.

**33. O crime de falso que se exaure no estelionato, sem maior potencialidade lesiva, fica por este absorvido. Assim, o agente seria responsabilizado apenas pelo crime de estelionato, utilizando o princípio da:**

(A) Especialidade

(B) Subsidiariedade

(C) Alternatividade

(D) Consunção

**34. Assinale a alternativa incorreta:**

(A) O crime tentado é sempre punido com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

(B) O crime plurissubsistente admite a modalidade tentada.

(C) A tentativa de contravenção não é punível penalmente.

(D) O crime culposo não admite a tentativa.

**35. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, dentre as causas excludentes da culpabilidade, é considerada como causa supralegal a:**

(A) Embriaguez acidental completa

(B) Obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal

(C) Inexigibilidade de conduta diversa

(D) Coação moral irresistível

**36. José, após responder ao processo cautelarmente preso, foi condenado à pena de oito anos e sete meses de prisão em regime inicialmente fechado. Após alguns anos no sistema carcerário, seu advogado realizou um pedido de livramento condicional, que foi deferido pelo magistrado competente. O membro do parquet entendeu que tal benefício era incabível no momento e deseja recorrer da decisão.**

**Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa que menciona o recurso correto.**

(A) Agravo em Execução, no prazo de 10 (dez dias);

(B) Agravo em Execução, no prazo de 05 (cinco dias);

(C) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de 05 (cinco dias);

(D) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de 10 (dez dias).

**37. No curso de uma investigação policial que apurava a ocorrência dos delitos de sonegação fiscal e evasão de divisas, o Procurador da República "X" requereu ao Juízo Federal Criminal medida assecuratória, já que obteve documentos que informavam os bens que teriam sido adquiridos pelo investigado com proventos da infração penal. O Juiz Federal decretou a medida assecuratória, que foi cumprida a contento.**

**A partir do caso apresentado, assinale a alternativa que indica a medida assecuratória adotada.**

(A) Sequestro;

(B) Arresto;

(C) Busca e Apreensão;

(D) Hipoteca Legal.

**38. Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da:**

(A) Indivisibilidade;

(B) Obrigatoriedade;

(C) Indisponibilidade;

(D) Intranscedência.

**39. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita. Nessa situação, o Promotor deverá:**

(A) Arquivar os autos;

(B) Oferecer denúncia;

(C) Determinar a baixa dos autos;

(D) Requerer o arquivamento.

**40. João está sendo processado por um crime doloso contra a vida e, após o oferecimento das alegações finais, o magistrado impronuncia o réu. Assinale a alternativa que apresenta a situação em que seria possível processar João novamente pelo mesmo fato delituoso.**

(A) Desde que haja novas provas e não tenha ocorrido qualquer causa extintiva de punibilidade, pois a decisão de impronúncia não transita em julgado;

(B) A justiça já se manifestou em relação ao processo de João, tendo a decisão do magistrado transitado em julgado;

(C) Ninguém pode ser processado duas vezes pelo mesmo fato (non bis in idem);

(D) A sentença de impronúncia é uma decisão interlocutória mista não terminativa.

**Empresarial**

**41. “É a operação que consiste na tomada de uma posição no mercado futuro aproximadamente igual – mas em sentido contrário – àquela que se detém ou que se pretende vir a tomar no mercado à vista. É uma forma de o investidor se proteger contra os feitos da oscilação de preço.”**

**O conceito acima, extraído do Vocabulário do Mercado de Capitais, expedido pela Comissão Nacional de Bolsas de Valores em 1990, corresponde a que tipo de contrato relacionado à compra e venda empresarial?**

(A) Hedging ou hedge.

(B) Contrato estimatório.

(C) Venda com reserva de domínio.

(D) Preempção.

**42. Acerca das semelhanças e diferenças entre recuperação judicial e da recuperação extrajudicial., assinale a opção correta.**

(A) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.

(B) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negocial entre o devedor e os respectivos credores, excluída a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.

(C) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às microempresas e empresas de pequeno porte.

(D) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembleia geral de credores.

**43. A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A disregard doctrine começou a viger no Código de Defesa do Consumidor e estabelece a existência distinta da pessoa jurídica e seus sócios.**

**II. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode ser invocada pelo credor de sociedades em comum.**

**III. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de ofício pelo juiz, comprovado o desvio de finalidade praticado pelo administrador da sociedade.**

**IV. A teoria da desconsideração não se confunde com a teoria do ato ultra vires.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

**44. Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.**

(A) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe interessarem. Após exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

(B) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

(C) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.

(D) A diminuição do valor do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.

**45. Quanto às sociedades anônimas, julgue os seguintes itens.**

**I. As sociedades por ações podem ser classificadas em abertas ou fechadas, considerando-se a participação do Estado em seu capital social.**

**II. A Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pela emissão de ações em mercado primário.**

**III. Ações preferenciais são aquelas que conferem ao seu titular uma vantagem na distribuição dos lucros sociais entre os acionistas e podem, exatamente por isso, ter limitado ou suprimido o direito de voto.**

**IV. As ações, as debêntures, os bônus de subscrição e as partes beneficiárias, entre outras, são espécies de valores mobiliários emitidos pelas companhias para a captação de recursos.**

**V. O valor nominal da ação é alcançado com a sua venda no ambiente de bolsa de valores.**

**Estão certos apenas os itens:**

(A) I e V.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II, IV e V.

**Direito e Processo Civil**

**46. Julgue os itens abaixo:**

**I. Quando a pretensão controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, pode o juiz proferir sentença sem a citação do réu.**

**II. No julgamento da apelação pode ser pedida vista do processo pelo juiz (desembargador) que não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto. Não devolvidos os autos no prazo de dez (10) dias, contados da data que o recebeu, nem solicitada prorrogação, o presidente do órgão julgador poderá requisitar o processo para reabrir o julgamento na sessão ordinária seguinte.**

**III. O conceito de sentença é regido mais pelo conteúdo do pronunciamento judicial do que por sua localização no processo.**

**IV. Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, ainda que o título exclua, poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser cumprido.**

(A) Está incorreta apenas a assertiva I.

(B) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(D) Estão corretos todos os itens.

**47. Julgue os itens abaixo:**

**I. Contra a decisão interlocutória que indefere a produção de uma prova, o recurso de agravo somente pode ser deduzido na forma retida.**

**II. Será de instrumento apenas nas hipóteses previstas no art. 522 cujo rol é taxativo.**

**III. Não admite agravo regimental a decisão que defere ou indefere a antecipação dos efeitos da tutela recursal.**

**IV. Conforme entendimento doutrinário dominante haurido de interpretação sistemática, as decisões interlocutórias proferidas na audiência serão sempre impugnáveis por meio do agravo retido, deduzido na forma oral, não sendo admitido o agravo de instrumento.**

(A) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e IV.

(B) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(D) Estão falsos todos os itens.

**48. Julgue os itens abaixo:**

**I. O recurso adesivo, interposto no prazo das contra-razões, fica subordinado ao recurso principal, não será conhecido se este for declarado inadmissível e não cabe no agravo e nos embargos de declaração.**

**II. Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros se as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.**

**III. O tribunal poderá julgar desde logo a lide quando, extinto o processo sem julgamento do mérito, a causa estiver em condições de imediato julgamento e versar exclusivamente questão de direito.**

**IV. Da decisão que relevar a pena de deserção cabe agravo, no prazo de dez dias.**

(A) Está incorreta apenas a assertiva IV.

(B) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(D) Estão falsos todos os itens.

**49. Julgue os itens abaixo:**

**I. O exeqüente deve necessariamente requerer ao juízo da execução que determine seja a certidão de distribuição da execução averbada nos registros de bens do executado.**

**II. Na execução provisória, embora não esteja vedada a alienação de bens do executado, mediante caução idônea, não cabe o levantamento de dinheiro pelo exeqüente.**

**III. A defesa contra a execução de sentença, chamada de impugnação, pressupõe a realização de penhora.**

**IV. Vigora em nosso sistema processual a regra da autonomia dos Embargos de cada co executado quanto ao prazo para oposição, exceto na situação do litisconsórcio passivo entre cônjuges.**

(A) Está incorreta apenas a assertiva I.

(B) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(D) Estão falsos todos os itens.

**50. Com relação aos embargos do devedor, assinale a opção correta.**

(A) Nos embargos à execução se cada um dos executados for representado por procurador diverso, contam-se em dobro os prazos para falar nos autos.

(B) O executado poderá ajuizar os embargos à execução desde que satisfaça o requisito da garantia do juízo, mediante penhora, depósito ou caução.

(C) Diante da execução de devedores solidários, o prazo para a oposição de embargos para cada um deles é contado da juntada dos respectivos mandados de citação.

(D) Um devedor citado mediante carta precatória deverá opor seus embargos à execução no prazo de 15 dias contado da juntada do mandado no juízo deprecado.

**51. Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante. Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.**

(A) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.

(B) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.

(C) No momento em que contraiu matrimônio.

(D) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.

**52. Amélia e Alberto são casados pelo regime de comunhão parcial de bens. Alfredo, amigo de Alberto, pede que ele seja seu fiador na compra de um imóvel. Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.**

(A) A garantia acessória poderá ser prestada exclusivamente por Alberto.

(B) A outorga de Amélia se fará indispensável, independente do regime de bens.

(C) A fiança, se prestada por Alberto sem o consentimento de Amélia, será anulável.

(D) A anulação do aval somente poderá ser pleiteada por Amélia durante o período em que estiver casada.

**53. Os vitrais do Mercado Municipal de São de Paulo, durante a reforma feita em 2004, foram retirados para limpeza e restauração da pintura. Considerando a hipótese e as regras sobre bens jurídicos, assinale a afirmativa correta.**

(A) Os vitrais, enquanto separados do prédio do Mercado Municipal durante as obras, são classificados como bens móveis.

(B) Os vitrais retirados na qualidade de material de demolição, considerando que o Mercado Municipal resolva descartar-se deles, serão considerados bens móveis.

(C) Os vitrais do Mercado Municipal, considerando que foram feitos por grandes artistas europeus, são classificados como bens fungíveis.

(D) Os vitrais retirados para restauração, por sua natureza, são classificados como bens móveis.

**54. João, credor quirografário de Marcos em R$ 150.000,00, ingressou com Ação Pauliana, com a finalidade de anular ato praticado por Marcos, que o reduziu à insolvência. João alega que Marcos transmitiu gratuitamente para seu filho, por contrato de doação, propriedade rural avaliada em R$ 200.000,00.**

**Considerando a hipótese acima, assinale a afirmativa correta.**

(A) Caso o pedido da Ação Pauliana seja julgado procedente e seja anulado o contrato de doação, o benefício da anulação aproveitará somente a João, cabendo aos demais credores, caso existam, ingressarem com ação individual própria.

(B) O caso narrado traz hipótese de fraude de execução, que constitui defeito no negócio jurídico por vício de consentimento.

(C) Na hipótese de João receber de Marcos, já insolvente, o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará João obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

(D) João tem o prazo prescricional de dois anos para pleitear a anulação do negócio jurídico fraudulento, contado do dia em que tomar conhecimento da doação feita por Marcos.

**55. Luis, produtor de soja, firmou contrato de empréstimo de um trator com seu vizinho João. No contrato, Luis se comprometeu a devolver o trator 10 dias após o término da colheita. Restou ainda acordado um valor para a hipótese de atraso na entrega. Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.**

(A) Caracterizada a mora na devolução do trator, Luiz responderá pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou de força maior, salvo se comprovar que o dano ocorreria mesmo se houvesse cumprido sua obrigação na forma ajustada.

(B) Por se tratar de hipótese de mora pendente, é indispensável a interpelação judicial ou extrajudicial para que João constitua Luis em mora.

(C) Luis, ainda que agindo dolosamente, não terá responsabilidade pela conservação do trator na hipótese de João recusar-se a receber o bem na data ajustada.

(D) Não caracteriza mora a hipótese de João se recusar a receber o trator na data avençada para não comprometer o espaço físico de seu galpão, vez que é necessária a comprovação de sua culpa e a ausência de justo motivo.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Acerca da terceirização no Direito do Trabalho é verdadeiro afirmar, EXCETO:**

(A) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20-06-1983) e de conservação e limpeza.

(B) A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional (Art. 37, II, da Constituição da República).

(C) É legal a contratação de trabalhadores por empresa interposta para a prestação de serviços na atividade fim da empresa.

(D) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993)o de defesa escrita pela reclamada em nenhuma hipótese, conforme entendimento jurisprudencial unânime do TST.

**57. Genésio, empregado da empresa XXX, recebe de seu empregador a determinação de assinar contrato social de uma cooperativa na qualidade de cooperativado. A partir de então, embora Genésio permanecesse realizando as mesmas funções e recebendo salário, a empresa não mais efetuou o pagamento das férias, 13º salário e adicional de horas extras. Sobre a hipótese, se pode afirmar como VERDADEIRO:**

(A) Genésio deixou de ser empregado posto que sua qualidade de cooperativado exclui a relação de emprego, nos termos do art.442, parágrafo único da CLT;

(B) Houve sucessão de empregadores, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT, passando Genésio a subordinar-se à cooperativa;

(C) Constatou-se a permanência dos elementos fático-jurídicos caracterizadores da relação de emprego e incompatíveis com o cooperativismo tal qual imposto pela Lei 5.764/71;

(D) Genésio acumulou o contrato de emprego com o contrato de cooperativado.

**58. O trabalhador deixou de gozar as férias no período dito concessivo, neste caso o Empregador devera?**

(A) A luz do disposto no art. 137 da CLT, mesmo que venha gozar as férias após o período concessivo deverá ser paga em dobro o valor das ferias.

(B) Não há penalidade nenhuma ao Empregador pela não concessão das férias fora do prazo.

(C) Devera ser pago normalmente o valor das férias acrescidos de 1/5 de adicional.

(D) Nenhuma das opções anteriores.

**59. Salário e remuneração são expressões:**

(A) sinônimas, que designam o mesmo objeto, correspondente ao que o empregado recebe do empregador pelos serviços prestados.

(B) sinônimas, que designam o mesmo objeto, correspondente ao que o empregado recebe do empregador ou de terceiros pelos serviços prestados.

(C) que designam objetos diferentes, sendo que salário designa as vantagens recebidas pelo empregado diretamente do empregador, enquanto remuneração compreende também as vantagens provenientes de terceiros.

(D) que designam objetos diferentes, sendo a expressão salário mais abrangente do que a expressão remuneração.

**60. Analise as assertivas abaixo e assinale a CORRETA:**

(A) É unânime o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do reconhecimento do direito à estabilidade da empregada doméstica gestante.

(B) A dispensa de empregado dirigente sindical independe do ajuizamento de inquérito judicial para a apuração de falta grave.

(C) Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito como suplente para cargo de direção de CIPA, desde o registro de sua candidatura até 02 ano após o final de seu mandato.

(D) Ao empregado acidentado, nos termos da lei, é assegurada a garantia de emprego pelo período de 06 (seis) meses, contados de seu efetivo retorno ao serviço.

**61. Nos termos do art. 114 da Constituição da República de 1988, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 45/04, competem à Justiça do Trabalho processar e julgar, EXCETO:**

(A) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

(B) as ações que envolvam exercício do direito de greve.

(C) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

(D) a ação penal relativa ao crime de homicídio doloso praticado pelo empregador contra seu empregado, durante o movimento de greve, mediante denúncia a ser apresentada pelo Ministério Público do Trabalho.

**62. Seu Cliente foi autuado pela Delegacia Regional do Trabalho com a seguinte alegação: Existem na empresa 25 trabalhadores sem a CTPS assinada, entretanto seu cliente entende como indevida a multa em face destes trabalhadores terem menos de 24 horas que iniciaram da trabalhar ( arte 29 da CL T) , e já transcorreu todos os prazos para discussão administrativa do referido auto, quer discutir na Justiça a legitimidade do mesmo.**

**Pergunta-se a Competência para apreciar a discussão é da?**

(A) Por ser inerente a relação de emprego a Justiça do Trabalho em face do art. 114 VII da CRFB/88.

(B) Por a presente ter natureza de tributo federal a competência e da Justiça Federal.

(C) Por se trata de auto de infração puro e simples a competência da Justiça Estadual.

(D) Nenhuma das opções anteriores.

**63. Acerca do Processo Judiciário do Trabalho, é CORRETO afirmar:**

(A) O direito processual comum será, em qualquer hipótese, fonte subsidiária do direito processual do trabalho.

(B) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão, quando o Juiz do Trabalho julgar conveniente, sujeitos à conciliação.

(C) É admitida a apresentação de reconvenção pela reclamada nos dissídios individuais, na forma do artigo 315 do CPC, aplicável subsidiariamente.

(D) Não é admitida a apresentação de defesa escrita pela reclamada em nenhuma hipótese, conforme entendimento jurisprudencial unânime do TST.

**64. Acerca das Comissões de Conciliação Prévia é correto afirmar, EXCETO:**

(A) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

(B) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes.

(C) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de 10 dias previsto para a realização da sessão de tentativa de conciliação.

(D) Após a promulgação da EC nº. 45/04 foi ampliada a competência jurisdicional das CCP, a quem compete conciliar e julgar as lides individuais e coletivas decorrentes da relação de trabalho.

**65. Na reclamação ajuizada pelo trabalhador, para a cobrança de direito irrenunciável, correspondente a salário mínimo não pago, ausentes ambas as partes à única audiência designada:**

(A) encerra-se a instrução, julgando o feito no estado em que se encontra.

(B) deve designar-se nova audiência, com condução coercitiva das partes.

(C) o reclamado é considerado revel.

(D) o processo é arquivado.

**Direito Tributário**

**66. Considerada a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:**

(A) que as alíquotas do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) não poderão ser alteradas por meio de medida provisória.

(B) que a contribuição de melhoria poderá ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que haja sido instituída, observado apenas o prazo de noventa dias contado da data em que haja sido publicada a lei que a instituiu.

(C) que a concessão e a revogação de isenções, no que concerne ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), ficam condicionadas ao que dispuser a lei complementar nacional.

(D) que a não-cumulatividade é o mecanismo utilizado para se aplicar o princípio da seletividade, em relação ao imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e municipal e de comunicações (ICMS).

**67. A competência tributária dos Estados NÃO ABRANGE, nos termos da Constituição Federal de 1988:**

(A) a instituição de contribuição, a ser exigida dos seus servidores, para o custeio, em benefícios destes mesmos servidores, do regime previdenciário de caráter contributivo e solidário próprio de tais servidores.

(B) a instituição de imposto sobre a prestação de serviço de transporte realizado estritamente no âmbito municipal.

(C) a instituição do imposto sobre a doação de bens, incluídas as doações em dinheiro e doações de bens móveis, competindo tal instituição ao Estado em que seja domiciliado o doador.

(D) a instituição de taxa, cujo fato gerador seja a utilização potencial de serviço público específico e divisível, posto pelo Estado à disposição do contribuinte.

**68. Sobre os impostos previstos na Constituição, assinale a alternativa incorreta:**

(A) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos automotores.

(B) o Município pode optar por arrecadar o ITR, ficando autorizado a conceder unicamente isenções destinadas a incentivar a produção rural.

(C) a progressividade extrafiscal é obrigatória para o ITR e facultativa para o IPTU.

(D) a seletividade é obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.

**69. Assinale a alternativa CORRETA:**

(A) a base de cálculo para fins de apuração do valor devido a título de ITR é o valor venal, valor de venda, do imóvel;

(B) são imunes a incidência do IPI, os produtos considerados de consumo essencial, tendo em vista a aplicação do princípio da seletividade;

(C) o IPI pode ter suas alíquotas majoradas por ato do Poder Executivo, atendidas as condições e limites estabelecidos em lei;

(D) no caso de guerra poderá a União instituir impostos extraordinários, porém respeitando o princípio da anterioridade, a fim de evitar a surpresa do contribuinte.

**70. Assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) o ICMS incide sobre as exportações ao exterior de mercadorias, sendo o tributo devido ao Estado do domicílio do exportador, independente do local do desembaraço aduaneiro;

(B) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadoria, com o montante cobrados nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

(C) o IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo;

(D) o imposto sobre a transmissão de bens causa mortis, quando a transmissão se referir a bem imóvel, será devido ao Estado no qual o imóvel for situado.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |